

# Liberdade para crescer

Alberto P. Huang \*

**D**e várias décadas para cá, o Brasil sofreu muito com uma inflação elevada. A sociedade ficou mais fraca, a classe média mais pobre e os pobres, miseráveis. A massa de desempregados se espalhou por todos os cantos. Um país só tem uma economia sólida quando tem uma exportação forte. E esse não é o caso brasileiro.

O Brasil tem um território imenso e fértil, rico em recursos naturais. Sua população já chega a 160 milhões de pessoas. Mesmo assim, seu valor de exportação soma menos de US\$ 50 bilhões por ano (dados de 1999), um desempenho bem tímido em

relação até ao de muitos países pequenos. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é duas vezes maior do que o mexicano, mas o País exporta apenas metade do que o México (US\$ 110 bilhões por ano).

As exportações nacionais continuam contando apenas com as matérias-primas — como minérios e grãos agrícolas — ou com produtos semi-acabados. Os produtos industrializados quase não são exportados. Será que o Brasil só tem itens como café, soja, açúcar e minério para exportar? Absolutamente não.

Até conseguir produtos de

qualidade e tecnologia, o País levará cerca de 15 a 20 anos. Deve-se cobrar que se invista em educação de maneira mais eficiente, pois os recursos do governo continuam sendo mal aplicados.

Além disso, no curto prazo podem-se exportar produtos menos relacionados com tecnologia. Só é preciso avançar na área de design — por exemplo, no vestuário. Se uma fábrica com funcionários contratados para confeccionar roupas ficar com um custo de produção mui-

to alto, cooperativas na comunidade podiam ser formadas. As exportadoras entregariam os tecidos cortados em grande quantidade diretamente

para as donas de casa trabalharem nas suas residências. As máquinas de costura poderão ser financiadas pelo governo ou por exportadoras.

Esse tipo de economia é denominado economia informal. O governo não precisa se preocupar, pois as divisas vão entrando no País, e quem trabalha mais fatura mais. Esse modo de desenvolvimento é praticado pelos países asiáticos e na Eu-

ropa. A Itália é um país que desenvolve esse tipo de economia. Se o quintal de casa tem máquina trabalhando, deixe-a trabalhar porque está produzindo riqueza para o país.

Resolver o problema do desemprego e do desenvolvimento econômico apenas por meio da economia formal é absolutamente impossível. O governo precisa aprender e mudar o pensamento para unir as forças da sociedade para a produção. A Lei Kandir é um exemplo claro da falta de entendimento por parte dos governantes. Foi criada para fortalecer as exportações; muitos governos estaduais, entretanto, exigiram compensações devido à perda do ICMS.

Antes de a lei existir, ao exportar era cobrado o ICMS indevidamente, e o que se arrecadava não era aplicado de forma correta. O objetivo da Lei Kandir era corrigir erros anteriores. Por isso, todos os governos, para contribuir com o desenvolvimento do País, deveriam conter gastos e não pedir compensações pela perda da arrecadação com o ICMS.

As maiores causas do desemprego são a falta de seriedade e de estrutura do governo. Temas importantes para aperfeiçoarmos nossas leis e para buscar-

mos o desenvolvimento não são discutidos com a devida seriedade nem pelo governo nem pelos parlamentares. Há muito a fazer para o País entrar nos eixos.

As reformas nas leis trabalhistas são inevitáveis. A Constituição de 1988 acrescentou 33% sobre férias e mais 40% sobre FGTS. Na época, dizia-se que demissões seriam evitadas. Hoje percebemos que isso não ocorreu. Muitas pessoas ainda não compreenderam que o mercado é quem manda na admissão e na demissão de trabalhadores. Não se pode usar força política para evitá-las.

Os Estados Unidos têm só 12 salários anuais.

Nos países asiáticos não existem leis que obriguem ao pagamento do 13º salário, mas mesmo assim, pela força da tradição, todas as empresas pagam. Algumas chegam até ao 15º salário, dependendo do seu desempenho. No Brasil, não se passa do 13º salário. Se uma empresa passar disso, no ano seguinte será obrigada a repetir a dose. É o “direito adquirido”, que não leva em consideração se a empre-

sa teve ou não um desempenho tão bom como no ano anterior.

As empresas deveriam funcionar livremente; não se podem usar leis para amarrá-las. O Brasil não pode continuar com setores privilegiados gozando conforto por conta do sacrifício do povo brasileiro. Alega-se que esses confortos são “direitos adquiridos”. No próximo século, gostaria de sobreviver para ver sua extinção na área do trabalho. A isso se chama justiça social.

Os americanos costumam dizer que o Brasil é um mendigo sentado em cima de ouro. Daqui por diante, quem não tem baixo custo de produção perde-

rá terreno. O País precisa tirar a roupa velha e entrar na economia mundial com cara nova.

**O Brasil não é um tigrinho nem um tigrão; é um supertigre amarrado pelas cordas do governo**

Os países asiáticos têm um “tigrão” e o Japão, quatro “tigrinhos” — Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura. O Brasil não é um tigrinho nem um tigrão, e sim um supertigre que tem sido amarrado com as cordas do governo.

Vamos desamarrar esse bicho, soltá-lo para que ele possa se movimentar e explorar toda sua força. ■

\* Engenheiro Gerente Industrial da JS Alimentos em Salvador, BA.